

S.



R.

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ- 2023

----- Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no Auditório Manuel Faria da Casa da Cultura de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artº 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, o Executivo Municipal, os membros da Assembleia, bem como o público que acompanha esta sessão através da página do Facebook do Município. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à segunda secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Carlos Manuel Gomes Alendouro; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro; Maria João Reis Martins, António Manuel Aires Correia e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO, pelo seu Presidente, Eduardo Manuel Morais Almendra, de ALFÂNDEGA DA FÉ, pela sua Presidente, Maria do Céu Cordeiro Martins Lopes; de CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, pelarepresentante do seu Presidente, Andreia Vanessa Marça Aires, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes, de VILARELHOS, pela representante da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Sílvia de Jesus Camelo Cunha. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Manuel Simões Martins, Clara da Conceição Sousa Alves, Bruno Henrique Simões Veríssimo, Daniel Guedes dos Santos Martins e Ivanete Solange Carona Escobar. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo e de VILARES DA VILARIÇA, pelo seu Presidente, José Alberto Vilares Reis. -----

----- Esteve representada a JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, pela representante do seu Presidente, Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes. -----

----- Por fim, a JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pela sua presidente, Otelinda Sofia Pereira Jacinto. -----

----- Verificaram-se as ausências, na **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, de Bruno Miguel Rebouta Rachado, que não justificou a sua falta e de Helena Maria Valença Freitas Azevedo, convocada na sequência do pedido de substituição do Deputado Senhor Carlos Manuel Reboredo Almendra. -----

----- Assim, houve vinte e cinco presenças e duas ausências. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia procedeu, de seguida, à continuidade dos trabalhos com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento):** -----

----- a) *Informações gerais e expediente;* -----

----- b) *Aprovação da ata da sessão anterior (Sessão ordinária do dia 17-12-2022);* -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento):** -----

----- a) *Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;* -----

----- b) *Relatório de Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM e Adenda ao Contrato) - 4º Trimestre de 2022 – para CONHECIMENTO;*

----- c) *Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012 - Artigo 15.º Declarações 2022 – para CONHECIMENTO:* -----

----- *Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2022 (art. 15.º, n.º 1, a));* -----

----- *Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2022 (art. 15.º, n.º 1, b));* -----

----- *Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2022 (art. 15.º, n.º 1, b));* -----

----- d) *Proposta da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 – para APROVAÇÃO;* -----

----- e) *Proposta da 1ª Alteração de 2023 ao Regulamento Interno dos Serviços Municipais e Estrutura Orgânica – para APROVAÇÃO;* -----

----- f) *Estatuto do direito de oposição: aprovação do relatório de 2022 – para CONHECIMENTO;* -----

----- g) *Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Alfândega da Fé e a Junta de Freguesia de Sambade – para APROVAÇÃO;* -----

----- h) *Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Alfândega da Fé e a União de Freguesias de Gebelim e Soeima – para APROVAÇÃO;* -----

----- i) *Projeto de Alteração ao Código Regulamentar para o Desenvolvimento Socioeconómico do Concelho de Alfândega da Fé – parte B: Submissão à Assembleia Municipal, nos termos dos arts. 25º nº 1, alínea g) e 33º nº 1, alínea k), ambos da lei nº 75/2013, de 12 de setembro – para APROVAÇÃO;* -----

----- j) *Proposta de Adesão à Tarifa Social da Água, regulada pelo Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro – para APROVAÇÃO;* -----

----- k) *Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – para APROVAÇÃO;* -----

----- l) *Diagnóstico Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – para CONHECIMENTO;* -----

----- m) *Renovação da subscrição da Assinatura da Carta para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local – para APROVAÇÃO;* -----

----- n) *Proposta de Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem – para APROVAÇÃO.* -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto: -----

----- **1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento)**

----- a) *Informações gerais e expediente:* -----

----- Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada nos serviços uma certidão da Assembleia Municipal de Bragança relacionada com a tomada de posição sobre as quebras de produção de castanha na Terra Fria do Nordeste Transmontano. Continuando, disse que também foi enviada, da Assembleia Municipal de Bragança, uma proposta de recomendação pela eliminação da pobreza energética, bem como uma moção sobre o Plano Ferroviário Nacional de Alta Velocidade a Norte de Portugal. Depois, disse que deu entrada, por parte da CPCJ de Alfândega da Fé, o relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), que integrará o expediente da próxima sessão

S.



R.

8
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

da Assembleia Municipal. Entretanto, referiu que também constam na listagem do Expediente recebido os pedidos de substituição já referidos pela segunda secretária, aquando da chamada. Informou que todo este Expediente se encontra na Câmara Municipal e pode ser consultado sempre que o entenderem. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao sub-ponto: -----

----- b) *Aprovação da ata da sessão anterior (Sessão ordinária do dia 17-12-2022);* -----

----- Informou que estava presente a ata da sessão ordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e dois, previamente enviada a todos os membros da Assembleia, tendo-a colocado a votação. A mesma foi aprovada, por **UNANIMIDADE**. Não participaram na votação desta ata os membros Bruno Verissimo, Ivaneete Escobar e Andreia Aires, por não terem estado presentes naquela sessão da Assembleia. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento)** -----

----- Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia informou que antes de passar a palavra às senhoras e senhores deputados para intervir, estava ali presente a Drª Sónia Rodrigues, em representação da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), na sequência de um pedido por ela apresentado, para se poder dirigir, designadamente, aos presidentes de junta ou seus representantes, no âmbito da operacionalização de um projeto de Formação e Capacitação da Administração Local. -----

----- Foi posteriormente concedido o uso da palavra a Drª Sónia Rodrigues, tendo a mesma feito a sua apresentação informando que era a gestora de operação do projeto referido anteriormente, promovido pela Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes. Explicou que este projeto prevê um conjunto de ações de capacitação dirigidas aos Técnicos dos Municípios. Estas ações exigem um conjunto de 75 (setenta e cinco) horas que estão orientadas para a capacitação dos elementos dos executivos das Juntas de Freguesia de todos os Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal. Por isso, disse que a razão da sua presença nesta Assembleia era precisamente a de apresentar o projeto, na medida em que pretendem começar a operacionalizar as referidas 75 horas previstas para as Juntas de Freguesia do Município de Alfândega da Fé. Explicou ainda que se trata de uma formação financiada, integrada num projeto da Comunidade Intermunicipal, sem custos associados, resultando, na sequência de um diagnóstico prévio feito, em diversos módulos, cujas temáticas são diferenciadas e o que se pretende é que os senhores/as presidentes de Junta ou de Uniões de Freguesia, respetivos executivos e, eventualmente, colaboradores que as Juntas tenham, possam frequentar esta ação de formação. Informou depois que em princípio esta formação decorrerá no Município de Alfândega da Fé e que é sua intenção agendar o primeiro módulo em breve, cuja duração do mesmo serão apenas seis horas, sendo que, a partir deste primeiro módulo, e, em função do grupo, que passará depois a frequentar os restantes módulos, irão definir o cronograma futuro. Explicou depois que durante a semana seguinte irá enviar por e-mail a explicação daquilo que são os módulos que estão previstos, bem como um link para que possam formalizar a inscrição de cada um, sendo que o importante objetivo é que esteja presente, pelo menos um elemento de cada junta de freguesia. Disse ainda que é possível desenvolver a formação em regime presencial, ou em regime *on-line*, em horário laboral, ou pós-laboral, mas como ainda não conhece o grupo que terá para trabalhar neste Município, propôs uma primeira sessão num horário pós-laboral e depois, em função do grupo que ficar constituído, será definida a melhor forma de trabalharem os módulos seguintes. Entretanto pediu que aguardassem pelo seu contacto eletrónico. Seguidamente, perguntou se havia alguma questão a colocar, tendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia perguntado quais eram os temas desta formação. A Drª Sónia Rodrigues explicou que o primeiro módulo tem como tema "Princípios de Gestão Autárquica", com uma duração de seis horas, que servirá para contextualizar o curso. A partir daqui, haverá um módulo de "Proteção de Dados", outro de "Contratação Pública", outro orientado para a "Capacitação Digital", com uma ferramenta que o grupo irá escolher trabalhar, como por exemplo o Excel, ou outra. Existe ainda outro módulo orientado para o "Marketing Digital" e para a "Comunicação Institucional", que será também uma necessidade sentida de forma geral. No seu todo, explicou que a ação de formação tem a duração de setenta e cinco horas. Concluiu reiterando o facto da formação

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

poder ser em formato presencial, *on-line* ou até híbrido, ou seja, uns módulos presenciais e outros *on-line* e se decidirão fazer a formação em horário laboral ou pós-laboral. A Dr^a Sónia Rodrigues finalizou a sua apresentação agradecendo a forma como foi recebida e informou que no contacto eletrónico que enviará estarão os seus contactos para o caso de quererem questionar mais alguma coisa e que terá muito gosto em responder, quer seja por telefone, quer por *e-mail*. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, também agradeceu a presença e a explicação da Dr^a Sónia Rodrigues. Perguntou depois aos Senhores Deputados Municipais se queriam inscrever-se no período "Antes da Ordem do Dia" para intervir. Neste período, inscreveram-se o Senhor Deputado Orlando Borges, a Senhora Deputada Clara Alves, o Senhor Deputado Daniel Martins e o Senhor Deputado Bruno Veríssimo. O Senhor Presidente da Assembleia concedeu depois o uso da palavra ao Senhor Deputado Orlando Borges. -----

----- Seguidamente, o Senhor Deputado Orlando Borges interveio, começando por cumprimentar todos os presentes. Disse que o motivo da sua intervenção é somente uma congratulação sobre aquilo que se tem vindo a debater na atividade política, nomeadamente, sobre os impostos a pagar, como o IMI, pela concessão das Barragens, designadamente as do nosso Distrito. Congratulou o Movimento Terras de Miranda, por ter iniciado, já algum tempo, este processo e não ter "baixado os braços", trabalhando para que isto pudesse chegar a este ponto. Congratulou ainda os nossos Deputados da Assembleia da República, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de Deputado na Assembleia da República, pela excelente intervenção que tiveram no dia anterior sobre o tema. Disse que deu para perceber que também não vão "baixar os braços" e vão lutar por esta região. Congratulou também as Associações de Municípios envolvidas. Referiu que se trata de muito dinheiro que é devido a esta região e que poderá trazer muitos dividendos e permitir a realização de muita obra, pois tem de se fazer alguma coisa por esta região enquanto tem gente, pois se deixar de haver gente, nada poderá ser feito. Disse ainda que o motivo da sua intervenção também é ver a união que existe entre os Municípios, os Deputados, mesmo aqueles que não pertencem a este círculo eleitoral e que estão a lutar para que a justiça seja feita para com esta região. Disse ainda que há muito tempo ouviu uma coisa numa reunião da CIM dita por um grande amigo, Carlos Ferreira, de Miranda do Douro, em que dizia que "*se os impostos fossem sempre pagos e se a riqueza gerada pagasse esses impostos na região, nós hoje seríamos um país como o Dubai*". Continuando, o Senhor Deputado Orlando Borges, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sequência da moção apresentada, nesta Assembleia, sobre os vínculos precários na empresa Resíduos do Nordeste, que levou a que os funcionários fizessem uma greve, mas que depois foi suspensa e, uma vez que o Município de Alfândega da Fé é sócio desta empresa, perguntou qual era o ponto desta situação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Deputada Clara Alves, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse, na sequência da intervenção feita pelo Senhor Deputado Orlando Borges, relativamente aos trabalhadores precários, que o Partido Socialista, na última sessão da Assembleia Municipal, apresentou uma Moção no sentido da integração dos trabalhadores precários na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, lembrando que esta Moção foi aprovada por unanimidade. No entanto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se as dívidas que existiam a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois a esta entidade foram liquidadas, isto porque a essa data o Município de Alfândega da Fé devia à empresa Resíduos do Nordeste cerca de noventa mil euros, disse. Perguntou depois como é que esta entidade vai ter capacidade para integrar estes trabalhadores precários e capacidade também para os manter. -----

----- Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Daniel Martins. Começou a sua intervenção dirigindo cumprimentos a todos os presentes. Disse que a sua intervenção será para abordar o tema das Bio-Regiões, concretamente, a Bio-Região dos Lagos do Sabor e o potencial que, na sua perspetiva, estes Lagos podem representar para os produtores e comerciantes da região. Disse que soube que o Senhor Presidente da Câmara esteve na Biofach, esta que é principal feira na Europa e no mundo de Produtos Biológicos, na Alemanha, e acham que esta Associação de Municípios pode, nos próximos anos, representar os nossos produtores e terem os nossos produtos biológicos, isto porque precisam, não só de vender mais em Portugal, mas também exportar os nossos produtos, pois lá fora são muito mais valorizados. Disse depois que,

S.



R.

S
Borges

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

aproveitando este novo selo "Bio-Região", também existem os fundos de apreensão de carbono, que no fundo são fundos que resultam de donativos de grandes empresas, ou seja, as empresas poluidoras pagam a alguém que compense a poluição que elas fazem e disse que isso gera muito dinheiro. Entretanto, disse que já houve municípios bio-regiões que o fizeram anteriormente, isto é, juntaram agricultores da região que tivessem interesse e promoveram a captação de carbono através de práticas que permitem a fixação de carbono, como sementeiras, a não mobilização do solo, etc. Por isso entende que há uma boa oportunidade destes Municípios da nossa região agirem, pois todos juntos são mais fortes. -----

----- Depois, usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Veríssimo, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que tinha três questões a colocar ao Senhor Presidente da Câmara. Uma está relacionada com o subsídio de pensão. Sabe que o assunto já foi debatido em sede de reunião de câmara e também sabe que o Senhor Presidente da Câmara já tinha dado indicações para que fosse pago, mas gostaria de saber porque é que este subsídio ainda não foi pago. Entretanto, o Senhor Deputado Bruno Veríssimo disse, que apesar de também saber que o assunto que agora questiona, vai ser debatido na ordem do dia, que é o assunto relacionado com o Relatório do PAM, no entanto, como são referidos dois alertas, que para eles são importantes, gostaria de falar deles, ou seja, o facto da despesa ser superior ao previsto e também o facto de não ter havido redução do endividamento obrigatório. Contudo referiu que não sabe se a Câmara já fez alguma coisa ou se está a pensar fazê-lo para recompensar o que aconteceu durante o ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) ou qual será o caminho. Continuando, o Senhor Deputado Bruno Veríssimo perguntou ainda como estava a situação do pagamento aos fornecedores de Alfândega da Fé. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara interveio, começando por cumprimentar todos os presentes. Relativamente às questões colocadas, que entende serem pertinentes e oportunas, disse que, antes de responder às questões, queria associar-se, ele a sua equipa executiva, ao que foi dito relativamente à questão dos impostos e a tudo o que está a ser feito na Assembleia da República, neste momento, destacando o papel que o nosso Presidente da Assembleia Municipal também tem como Deputado da Nação na Assembleia da República e que esta semana fez uma importante intervenção, juntamente com a nossa colega e conterrânea Dr^a Berta Nunes, eleita pelo Círculo Eleitoral da nossa região, na medida em que ambos tiveram em uníssono a defender a cobrança de impostos mais justos e mais equitativos, nomeadamente para os territórios onde estas grandes empresas elétricas e de energias renováveis têm de facto grandes lucros. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara também quis destacar o movimento de Miranda, os dez municípios, os Deputados do PSD, também os Deputados do PS por todo o trabalho de equipa que têm feito, isto porque aqui não podem ver questões partidárias, pois todos são poucos para este combate contra uma força que estas grandes empresas condicionam e litigam durante muitos anos, tornando depois difícil implementar e mudar o paradigma que está instalado há muitos anos de grande injustiça com esta cobrança de impostos, ou seja, a Derrama sobre os lucros que as empresas têm, o IMI, que é um imposto das autarquias, dos municípios, do território e que as empresas também litigam, dando depois o exemplo do Município de Mogadouro que devolveu IMI dos Edifícios das Barragens. Entretanto, informou ainda que têm empresas a contestarem o pagamento do IMI, nomeadamente com o Parque Eólico da Serra de Bornes, que também afeta Alfândega da Fé e que também estão a acompanhar. Por isso disse que estas empresas são de facto muito poderosas e só todos juntos na Assembleia, com os Deputados da Nação, eleitos pelos partidos, podem combater e contrariar estas políticas, dando por este motivo, os parabéns a todos. Informou depois que é sua intenção, em breve, propor uma reunião no grupo de trabalho do roteiro das barragens, com todos os agentes, Municípios e com os nossos Deputados para poderem efetivamente dar seguimento a este trabalho, porque ainda falta "muito caminho por percorrer". Reiterou depois os parabéns ao Senhor Dr. Carlos Brás, aos nossos Deputados e a todos os que estão a fazer este trabalho. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Orlando Borges sobre a Moção aprovada na última sessão da Assembleia Municipal, referente aos trabalhadores da Resíduos do Nordeste, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Tavares, disse que em boa hora ela foi feita, pois ela teve algum impacto também nos concelhos vizinhos, porque teve algum *feedback* de outros colegas presidentes de câmara e sensibilizou-os para esta problemática e na verdade a greve, que ainda ocorreu no final do ano dos trabalhadores da escolha seletiva de lixo e dos ecocentros, foi interrompida a meio porque, entretanto, houve reuniões entre o Conselho de Administração da Empresa, os Sindicatos e os trabalhadores, tendo depois a empresa assumido um compromisso de levar uma proposta à próxima Assembleia Geral que será realizada no dia um de março para poderem apresentar uma proposta mais digna aos trabalhadores. O Senhor Presidente da Câmara espera que isso aconteça e esclareceu que nessa reunião irão defender os trabalhadores precários, pois entendem que devem ser integrados na empresa intermunicipal. Aproveitou depois este assunto também para responder à Senhora Deputada Clara Alves e à questão que colocou, dizendo que claro que a empresa tem condições para pagar aos trabalhadores, porque paga a empresas prestadoras de serviços de trabalho temporário preços mais elevados e esta empresa é um caso de sucesso na região de boa gestão autárquica, pois é uma empresa que apresenta lucro, uma vez que, no último ano, apresentou mais de meio milhão de euros de lucro, dizendo depois que isso não acontece por ter havido um problema pontual com a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, reconhecendo depois que de facto teve um período difícil no último meio ano, que felizmente, a partir de janeiro está a honrar os compromissos mensais e vai continuar a honrar e confirmou que essa dívida ainda não foi paga na totalidade, mas durante os próximos meses irão continuar a pagar e a amortiza-la. -----

----- Seguidamente, respondendo às questões colocadas pelo Senhor Deputado Daniel Martins, o Senhor Presidente da Câmara referiu que são questões bastante importantes. Confirmou que de facto esteve uma semana na Biofach, num dia intenso de visita ao maior salão mundial de produção biológica, orgânica, onde estão as principais empresas mundiais e onde o Norte da Europa é muito forte, onde estas pessoas dão uma importância enorme a este tipo de produção e a este negócio e onde teve a felicidade de encontrar uma empresa do nosso Concelho, a Amendouro, a quem deu depois os parabéns, tendo-se, por isso, sentido muito orgulhoso por ver uma empresa de Alfândega da Fé num salão tão grande como este. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, informou que foram a esta Feira a convite de Idanha-a-Nova, que é a primeira bio-região do nosso País. Agradeceu depois ao colega, Armindo Jacinto, pelo convite que fez a todas as Bio-Regiões. Esclareceu ainda que este Stand foi pago por Idanha-a-Nova e explicou que tem um Stand neste salão há sete anos e quis convidar todas as Bio-Regiões do País a também estarem presentes para poderem ter alguns dos seus produtos. Disse depois que Alfândega da Fé está no início e têm que amadurecer ainda este projeto e para além disso, têm que fazer um melhor trabalho de planificação e organização, isto porque Portugal também merece estar representado de uma forma mais bem planeada, devendo por isso haver um trabalho em equipa e informou que vão continuar a fazer esse trabalho e no próximo ano irão estar neste evento com outra força e de outra forma e irão, juntamente com as outras Bio-Regiões do País, com o Ministério da Agricultura, com Associações do setor, juntar sinergias para poderem estar em conjunto, como outros países estão representados com grande força e pujança, como Espanha, Itália, França, Dinamarca, etc, uma vez que o nosso País merece, pois tem produtos excelentes, isto é, os nossos azeites são únicos no mundo, os nossos vinhos, até porque soube que irão ter no nosso concelho, brevemente, um vinho biológico, que é uma boa notícia. Para além disso disse que também querem criar as bio-cantinas na nossa região e brevemente irão também reunir com o IPB e com a UTAD para falarem um pouco do trabalho de investigação que deve ser feito no terreno para também ajudar os nossos agricultores a terem mais conhecimento e mais capacitação para este modo de produção biológica. Disse depois que cada vez tem mais orgulho no trabalho dos nossos agricultores, pois Alfândega da Fé é uma referência a nível mundial tem, em termos de percentagem de solo biológica que o nosso terreno, 46% (quarenta e seis por cento), quase o dobro da meta que União Europeia tem para 2030 (dois mil e trinta), ou seja, é único. Contudo, disse ainda que não tem nada contra os outros modos e tipos de produção, mas tem que se valorizar e promover aquilo que é uma riqueza e a nossa autenticidade para o território. Disse ainda que o Engenheiro Daniel falou de uma questão muito importante e deu depois uma boa notícia, ou seja, disse que foram contactados, há cerca de quinze dias, por uma grande empresa do setor da construção civil do nosso País, no sentido de que este fundo/mercado de créditos para a retenção de carbono não é só para empresas poluidoras, mas também

S.



R.

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

para empresas que queiram construir grandes obras e grandes infraestruturas, mas que têm um peso que a União Europeia e as Nações Unidas consideram ser negativo. Então foi criado este fundo mundial para que estas empresas possam de facto ter créditos para fazer estas obras e por isso, para as fazer têm que criar a retenção de carbono e terem projetos para a retenção desse carbono. Por isso, disse que vão trabalhar, no âmbito dos Lagos do Sabor e da Bio-Região, com esta empresa e irão brevemente fazer uma reunião de trabalho com ela para pensarem e programarem um trabalho onde esta empresa, ou outras que queiram aderir a este fundo, possam trabalhar projetos na região que promovam a retenção de carbono, que defendam o meio ambiente e que defendam aquilo que é de facto a nossa biodiversidade, a nossa natureza e o nosso modo de vida. Disse ainda que é sua pretensão continuar, nos próximos meses e anos, a trabalhar estas questões da agricultura biológica. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara disse que, relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Bruno Veríssimo e, concretamente, à questão do subsídio de penosidade, afirmou e assumiu o compromisso de, em fevereiro, terem esse subsídio pago aos nossos trabalhadores, no entanto, informou que provavelmente isso não irá acontecer durante o mês de fevereiro. Disse que é uma questão de recursos humanos e da Divisão que os gere, mas que vai insistir. Contudo, explicou que se não for pago em fevereiro, será pago em março, com retroativos a um de janeiro. Depois, disse que relativamente à questão do Programa de Ajustamento Municipal, o Senhor Deputado colocou algumas questões que, dirigindo-se depois ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse iria explicar no ponto respetivo, uma vez que explicará melhor aquando da discussão desse ponto. Quanto aos fornecedores, o Senhor Presidente da Câmara explicou que efetivamente o ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) teve uma evolução negativa, na medida em que aumentaram a dívida a curto prazo e obviamente não estão satisfeitos com isso. Entretanto, explicou que o prazo médio de pagamento já não é calculado pelos moldes antigos, com a entrada do SNC-AP. Contudo disse que não consegue dizer em concreto qual é o número de dias do prazo médio de pagamento, mas aumentou bastante. Informou que é uma situação que estão a controlar e que a partir de janeiro as nossas transferências do Estado aumentaram oitenta mil euros, por mês, contrariamente àquilo que aconteceu a partir de julho do ano passado, em que tiveram cortes que representaram menos noventa mil euros mensais e foi um período de seis meses muito difícil. Agora estão a voltar à normalidade e vão, obviamente, retomar pagamentos, quer à Resíduos do Nordeste, quer às Águas do Norte, ou seja, pagamentos de maior montante, sendo que têm priorizado, de certa forma, os fornecedores locais, com valores mais pequenos. Referiu depois que, apesar da situação ter piorado em 2022 (dois mil e vinte e dois), tende a evoluir, favoravelmente, em 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período antes da ordem do dia e passou depois à leitura do ponto três, que é o Período da Ordem do Dia e que a seguir se descreve: -----

----- 3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento) -----

----- a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- Para conhecimento, esteve presente uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de treze de fevereiro de dois mil e vinte e três, previamente enviada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, continuando no uso da palavra, disse que este assunto vem no seguimento do que é habitual, onde vem toda a informação relativa à atividade desenvolvida pelo Município. Realçou depois a Divisão de Urbanismo e Ambiente, que agora se chama Divisão de Urbanismo e Território. Disse que em 2022 (dois mil e vinte e dois) mantém uma boa *performance* naquilo que é importante para os nossos municípios, que tem a ver com o tempo de resposta e com os prazos legais de resposta aos processos que vão entrando, isto é, têm uma taxa de cumprimento superior a 90% (noventa por cento) o que é muito positivo. Disse ainda que isto realça aquilo que é a boa organização e a resposta que os nossos Municípios dão a este tipo de assuntos e que muitas vezes são criticados pela demora na resposta aos processos de licenciamento de urbanismo e de obras, mas o Município de Alfândega da Fé tem dado uma boa resposta. Realçou também

S.



R.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Jorge'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

o trabalho que tem sido feito na Divisão de Águas e Saneamento, em termos de resposta àquilo que são as nossas solicitações, tendo tempos médios de resposta muito baixos e em 2022 (dois mil e vinte e dois) também se mantiveram esses níveis médios baixos, ou seja, dois dias, face a todos os processos e também àquilo que são os vários tipos de serviços, como anomalias, contadores, novos ramais, onde também têm prazos de resposta, na linha dos anos anteriores e até com uma ligeira redução desses mesmos prazos. Destacou ainda o nível de excelência do nosso Sistema de Abastecimento de Água, que, apesar das dificuldades que tiveram no final do ano passado, devido à seca, com a situação grave que tiveram em Sambade e também alguns problemas pontuais com a qualidade da água, em termos de turvação, terminaram o ano com uma qualidade acima dos 99% (noventa e nove por cento). Explicou que este trabalho não é só deste Executivo, nem dos Técnicos, mas é um trabalho de várias décadas, no nosso Concelho e que os Alfandeguenses devem estar orgulhosos por terem tido, nas últimas quatro décadas, autarcas com visão e que desenvolveram bons serviços básicos às nossas populações e que, por isso, os resultados estão agora à vista de todos. O Senhor Presidente da Câmara disse ainda que muitos Municípios não têm estes resultados, não têm esta qualidade na água e não têm este serviço básico em todas as suas aldeias/freguesias. -----

----- Depois, o Senhor Presidente da Câmara destacou também o trabalho feito na Divisão de Obras, dizendo que no documento consta um bom resumo daquilo que são as principais atividades desta Divisão, realçando ainda o excelente trabalho que o Gabinete de Candidaturas tem feito nos últimos meses para acelerar a execução das candidaturas e tem sido um trabalho muito difícil, com muitos obstáculos. Destacou o facto de ter havido a pandemia e dos concursos ficarem desertos, originando depois a necessidade de rever projetos e candidaturas, consequentes pedidos de alteração de prazos dessas candidaturas e tudo isso provoca um acréscimo de trabalho. Remeteu ainda para o tradicional resumo da situação financeira, informando que terminaram o ano com uma boa taxa de execução da receita e da despesa, relativamente ao orçamento. Realçou depois o facto de apesar de terem aumentado a dívida a curto prazo, reduziram o endividamento do Município em €127.000,00 (cento e vinte e sete mil euros). Para além disso deu uma nota positiva, ou seja, disse que conseguiram cumprir o equilíbrio orçamental em 2022 (dois mil e vinte e dois), o que revela uma boa preocupação que o Município teve em conter as despesas correntes, em face daquilo que são as receitas correntes. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara quis fazer um ponto de situação relativamente às principais candidaturas/obras que têm, ou seja, a Zona Industrial, o Lagar D'El Rei, a 2ª fase da Escola Secundária e também o Largo do Arcebispo D. José de Moura. Informou que relativamente ao Lagar D'El Rei, à Escola e à Zona Industrial, as obras estão a correr a bom ritmo e apesar de algumas dificuldades e abrandamento que ocorreram, este início de mês as obras foram retomadas a um ritmo maior e que podem, desta forma, recuperar o tempo que foi perdido. Informou ainda que as taxas de execução rondam os 30% (trinta por cento) na Zona Industrial e no Lagar D'El Rei e na Escola, essa taxa de execução está nos 20% (vinte por cento). Por conseguinte, o Senhor Presidente da Câmara registou a boa organização do trabalho que já viu que está a ser feito na escola, por parte da empresa, dos funcionários da escola, toda a gente está a colaborar para que esta obra se faça o mais rápido possível e com a maior qualidade possível, afetando o menos possível o desenrolar das aulas, as refeições dos alunos e dos professores, acrescentando que viu funcionários e professores motivados e uma empresa muito bem organizada, pelo que tem esperança de que irão agilizar muito esta obra e que no início do próximo ano letivo ela esteja concluída. Relativamente à Casa do Arcebispo, explicou que esta obra ficou parada e agora está em fase de novo concurso e que o prazo de apresentação de propostas termina na próxima terça-feira. Disse que têm esperança de que haja propostas válidas para poderem retomar esta obra. Informou também que brevemente irão iniciar duas obras, que são financiadas a 100% (cem por cento), sendo que uma, no âmbito de uma medida do PRR, através da qual vão fazer uma intervenção em ambiente urbano, em Alfândega da Fé, para arrancar palmeiras que estão mortas e replantar árvores, no sentido de reabilitar estes espaços. Informou ainda que irão reabilitar a avenida que vai da rotunda do fundo do jardim até ao complexo desportivo, no âmbito de uma candidatura no valor de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros), financiada a 100% (cem por cento) e será iniciada brevemente. Entretanto informou que, no âmbito do programa europeu REACT, também têm uma candidatura aprovada, no valor de €150.000,00 (cento e

S.



R.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

cinquenta mil euros), relacionada com a requalificação da mata de Alvazinhos, para criarem um parque micológico e já estão a preparar o arranque dos trabalhos para beneficiar o caminho, recuperar a mata e criar uma pequena infraestrutura para trabalharem a área da micologia. No âmbito do POSEUR, no ciclo urbano da água, o Senhor Presidente da Câmara explicou que têm tido algumas dificuldades na concretização dos projetos, uma vez que os primeiros concursos que abriam, em dezembro, ficaram todos desertos ou sem propostas válidas, mais concretamente, nove intervenções em aldeias para requalificarem e melhorarem as ETAR's existentes, bem como reabilitação da rede na aldeia de Sambade, para reforçarem e melhorarem a eficiência desta rede, uma vez que existem problemas com a pressão da água nas zonas mais altas. Disse que é um trabalho que estão a preparar, no sentido de rever os projetos para poderem lançar, durante as próximas duas semanas, novos concursos, já com a revisão dos preços base, originando, por isso, aumentos na ordem dos 25% a 30% (vinte e cinco a trinta por cento) dos valores das empreitadas. Informou depois que também têm uma candidatura aprovada, relacionada com a aquisição de um camião cisterna, limpa-fossas e este projeto teve uma proposta válida, estando agora este processo em fase de adjudicação e o prazo de entrega da viatura é de três meses, o que irá permitir melhorar a resposta e a qualidade dos serviços prestados pelo Município, junto dos munícipes e empresas do Concelho. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, fez um ponto de situação dos projetos de regadio. Informou que a instalação da telegestão, no Regadio da Camba, está concluída, ou seja, um investimento de cerca de €230.000,00 (duzentos e trinta mil euros). Explicou que está apenas a aguardar a instalação de um software para por todo o sistema em funcionamento e isto são boas notícias para os agricultores das aldeias de Agrobom, Valpereiro e Saldonha. Esclareceu depois que foi um trabalho da iniciativa da Junta de Agricultores da Camba, dando-lhes os parabéns bem como a todas as pessoas envolvidas neste processo, porque de facto foi com o "querer" destas populações e destes agricultores e, claro, com o apoio do Município, que este projeto se tornou uma realidade. Por conseguinte, o Senhor Presidente da Câmara informou que também há outro projeto importante para o Regadio de Alfândega da Fé, que é uma excelente notícia para os agricultores do Aproveitamento Hidroagrícola de Alfândega da Fé, que é gerido pela ADRAFE, cujo presidente é o Dr. Gabriel Martins, ali presente, ou seja, esta Associação viu nos últimos quinze dias aprovada uma candidatura para a instalação da telegestão, com a instalação de novos contadores, caixas de contadores e também a reabilitação de todas as ligações dos hidrantes às propriedades, isto é, trata-se de uma candidatura de mais de €800.000,00 e, por isso, deu os parabéns ao Senhor Presidente desta Associação, ADRAFE, a toda a sua equipa, aos agricultores e a todos os alfandeguenses, frisando depois que se não fosse a vontade, a ilusão, o trabalho e o querer deles, esta realidade, que também tem o apoio do Município, também não seria possível. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente informou que estão a preparar o concurso internacional da obra de construção da Barragem de Gebelim, cujo processo já está bastante adiantado e será lançado nos próximos quinze dias. Explicou que o júri já está a preparar as peças do procedimento e é sua expectativa que até final de fevereiro esse concurso seja finalmente lançado. Disse que é mais um perímetro de rega que querem criar. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que há algum tempo, por altura da pandemia, tiveram que tomar algumas medidas de reafectação de verbas que o Município de Alfândega da Fé tinha nalgumas áreas no Norte 2020, ou seja, tiveram a necessidade de reafectar cerca de €700.000,00 (setecentos mil euros) às nossas IPSS's. Continuando, fez um ponto da situação relativamente a este assunto. Disse que nem todo este valor foi aproveitado pelas IPSS's, porque alguns projetos de execução que foram feitos durante a pandemia e durante este tempo de inflação e de escalada de preços, vieram a resultar em preços muito superiores àquilo que eram as expectativas do Executivo em 2020 (dois mil e vinte), designadamente o caso de Gebelim, pois foram alocados €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros) ao Lar de Gebelim e o projeto de execução veio para €600.000,00 (seiscentos mil euros) e obviamente que nem a Associação de Gebelim, nem o Município, têm condições de autofinanciar a obra. Informou que o Lar de Gebelim desistiu desta candidatura e este dinheiro foi depois reafectado a outras candidaturas do Município. Informou ainda que no Lar da Parada também aconteceu a mesma coisa, ou seja, tinham a expectativa de fazer uma obra com €300.000,00 (trezentos mil euros), tendo também alocado para esta obra o valor de €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros)

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

e agora o projeto de execução é superior a €500.000,00 (quinhentos mil euros). No entanto, explicou que a Associação da Parada não desistiu integralmente do projeto, pois vai fazer um projeto de eficiência energética de cerca de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros) para a instalação de painéis solares no sentido de diminuir a fatura energética do Lar. Disse ainda que o restante dinheiro foi realocado a outros projetos e que com isso conseguiram colocar mais dinheiro na Santa Casa da Misericórdia, tendo depois informado que esta instituição tinha €205.000,00 (duzentos e cinco mil euros) para fazer importantes obras de melhoria do Lar de Idosos, nomeadamente o capoto, caixilharias, obras na cozinha, algum mobiliário, como camas articuladas, etc. Explicou que desta forma conseguiram reforçar, numa 1ª fase, este projeto em mais de €100.000,00 (cem mil euros), ou seja, passou de €205.000,00 (duzentos e cinco mil euros) para €313.000,00 (trezentos e treze mil euros). Por conseguinte, disse que neste dia deu uma boa notícia ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, pois conseguiram reforçar em mais €57.000,00 (cinquenta e sete mil euros) este projeto, ou seja, esta obra da Santa Casa terá um custo total de €370.000,00 (trezentos e setenta mil euros), para equipamentos sociais, que vai também permitir fazer obras muito importantes no Infantário, nomeadamente a colocação de capoto, resolver a questão do quadro elétrico, fazer novas casas de banho para aumentar a capacidade no sentido de responder melhor à nossa comunidade e também para poderem instalar um parque infantil, que é um desejo do Infantário e das suas técnicas e por isso, disse que fica muito feliz por poderem ajudar. Para além disso, o Senhor Presidente da Câmara informou que em Sambade também desistiram da candidatura feita para o Lar de Idosos, pois o projeto de execução passou a ter um valor muito superior ao inicialmente calculado e para além disso ainda não têm o parecer da Segurança Social e como as obras têm que ser executadas até junho deste ano, obviamente que não tiveram outra alternativa senão desistir. Por isso, explicou que este dinheiro afeto a Sambade também está incluído no que foi reafetado para a Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé, para que os alfandeguenses tenham melhores condições e não se perca o dinheiro dos Fundos Comunitários. O Senhor Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção disponibilizando-se para esclarecer dúvidas que eventualmente possam surgir. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia abriu de seguida um período para quem quisesse intervir e colocar alguma questão, não se tendo verificado nenhuma inscrição. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- b) RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM E ADENDA AO CONTRATO) - 4º TRIMESTRE DE 2022 – PARA CONHECIMENTO-----

----- Neste ponto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, para dizer que é neste ponto que quer aproveitar para responder melhor ao Senhor Deputado Bruno Verissimo e à questão colocada no período de antes da ordem do dia. Explicou então que se trata do relatório trimestral da monitorização do Programa de Ajustamento Municipal e é para conhecimento. No entanto, também deve ser debatido e explicado. Disse que há aspetos negativos que veem um pouco no seguimento dos relatórios anteriores e das chamadas de atenção. Esclareceu que há um aumento do passivo de curto prazo, que esperam ser algo momentâneo e que certamente irão ultrapassar durante o corrente ano. Informou depois que se a diminuição do endividamento que estava prevista na revisão do Programa de Ajustamento em dois mil e dezanove, quando fizeram a revisão deste programa, fosse cumprida à risca e também se não tivesse havido toda esta conjuntura difícil que tiveram nos últimos três anos, o valor do endividamento seria de cerca de treze vírgula sete milhões de euros, mas a realidade é que têm um endividamento de quinze milhões, sendo por isso um aspeto negativo. Contudo o aspeto positivo é que continuam a reduzir o endividamento global do Município, sendo a redução no valor de €127.000,00 (cento e vinte e sete mil euros), que representa cerca de 4% (quatro por cento). Para além disso, o Senhor Presidente da Câmara disse que também há um aspeto importante, ou seja, este ano, ao contrário dos dois anos anteriores, cumpriram o equilíbrio

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

orçamental, apesar de estar excepcionado, pelo Orçamento de Estado. No entanto, disse que também tiveram um cuidado redobrado nas despesas correntes, o que levou a esse cumprimento, e por isso estão satisfeitos. Explicou ainda que este desvio é importante, apesar de não ser aquilo que querem, que é continuar a reduzir, de forma consistente e a um ritmo maior, o endividamento. Lembrou que a expectativa seria saírem do endividamento em dois mil e vinte e três, no entanto, infelizmente, não vão conseguir. Por isso, informou que já encetaram negociações com o Governo e com o Fundo de Apoio Municipal no sentido de fazerem uma revisão extraordinário do nosso Programa de Ajustamento Municipal, para também poderem rever as metas e poderem sanar a dívida a curto prazo e poderem retomar a redução da dívida a um ritmo maior, sem esquecer o investimento, as pessoas, as famílias, as empresas, que também se vão preocupar muito com este assunto e continuar a fazer esforços para estar ao lado delas. Entretanto, o Senhor Presidente disse que têm que reconhecer as dificuldades e para municípios como o nosso, que estão numa situação frágil, o impacto é obviamente maior do que em municípios que têm uma saúde financeira mais estável e com mais recursos financeiros. Agradeceu depois as questões colocadas pelo Senhor Deputado Bruno Veríssimo sobre este assunto. -----

----- Não havendo intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé a 31/12/2022 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois), nos termos do artigo 29º da Lei nº 53/2014 de 25/8 conjugado com o anexo I do Contrato PAM, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 990 (novecentos e noventa) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Continuando, passou a presidir aos trabalhos a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Carla Franco, e passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos: -----

----- **c) LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012 - ARTIGO 15.º DECLARAÇÕES 2022 – PARA CONHECIMENTO:** -----

----- **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2022 (ART.15.º, N.º 1, A));** -----

----- **DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2022 (ART.15.º, N.º 1, B));** -----

----- **DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2022 (ART.15.º, N.º 1, B))** -----

----- A Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Carla Franco, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, explicou que é um assunto para conhecimento e estas declarações também já estiveram presentes na reunião de câmara. Deu apenas nota de um lapso que ocorreu, mas que, entretanto, foi corrigida e enviada nova versão da declaração, concretamente da declaração de pagamentos em atraso. -----

----- Não havendo intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento das declarações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, anexas à informação da Divisão Financeira, datada de vinte de janeiro de dois mil e vinte e três, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 495 (quatrocentos e noventa e cinco), a saber: Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2022 (art. 15.º, n.º 1, a)); Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2022 (art. 15.º, n.º 1, b)); Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2022 (art. 15.º, n.º 1, b)). -----

----- Continuando, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos: -----

----- **d) PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 – PARA APROVAÇÃO**-----

----- A Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que se trata de um assunto muito simples, ou seja, apesar de terem aprovado na última Assembleia Municipal o mapa de pessoal para dois mil e vinte e três, bem como a nova proposta de regulamento interno dos serviços municipais, na verdade havia algumas "pontas soltas" em algumas unidades orgânicas, que os Chefes de Divisão ainda não tinham terminado, nomeadamente com as funções e com a reafectação de alguns funcionários entre

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

setores ou áreas da mesma Divisão ou até entre diferentes Divisões. Explicou depois que os Chefes de Divisão querem ser rigorosos e decidiram fazer esta proposta de alteração do mapa de pessoal e também do Regulamento Interno dos Serviços Municipais, ou seja, foram feitos alguns ajustamentos de algumas funções e também de mobilidades internas entre vários setores de várias Divisões. Explicou ainda que não vai haver lugares novos, apenas a criação de novos postos de trabalho, mas que será feita por mobilidade interna, remetendo depois para o teor da informação técnica dos serviços de Recursos Humanos, onde o assunto está muito bem explicado. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal colocou a alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 25 (vinte e cinco) membros presentes, aprovar a referida alteração que consta em anexo à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de sete de fevereiro de dois mil e vinte e três, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o n.º 852 (oitocentos e cinquenta e dois) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nos termos dos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e alínea o) do n.º1 do art.º 25º da Lei n. 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Continuando, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

-----e) PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO DE 2023 AO REGULAMENTO INTERNO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E ESTRUTURA ORGÂNICA – PARA APROVAÇÃO-----

----- A Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu desculpa, informando que fez a explicação das alíneas d) e e) em conjunto, e por isso a explicação está no ponto anterior. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal colocou a alínea e) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 25 (vinte e cinco) membros presentes, aprovar ao abrigo do disposto do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea m) do n.º1 do artigo 25.º, da alínea k) do n.º1 do artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e em cumprimento do disposto do Decreto-lei n.º305/2009, de 23 de outubro, na Lei n.º49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 28.º da anexo I à Lei n.º35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, a alteração ao Regulamento Interno dos Serviços Municipais, anexo à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de 09-02-2023, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o n.º 959 (novecentos e cinquenta e nove) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- f) ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE 2022 – PARA CONHECIMENTO

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que apesar de ser um ponto para conhecimento, passaria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder explicar o assunto, tendo este, por sua vez, agradecido e dito que de facto é um assunto apenas para conhecimento, mas tem o prazer de dizer que se sente muito satisfeito pelo cumprimento deste Estatuto de Direito de Oposição, pela transparência, pela democracia e pelo respeito que têm pela oposição e por todos os partidos políticos que compõem esta Assembleia Municipal e também a Câmara Municipal e, obviamente, tendo em conta tudo o que se tem conversado e dialogado nas reuniões de câmara, com distinção e, apesar de também haver algumas falhas no envio de alguma documentação, são recetivos, quando os senhores Vereadores não querem discutir esses assuntos por falta de documentos, a submeter novamente esses assuntos à reunião de câmara seguinte. No entanto, disse que têm cumprido este imperativo legal, pelo que é o que lhe apraz informar, disse. -----

----- Não havendo intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório referente ao Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2022, anexo à informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o n.º 978 (novecentos e setenta e oito) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nos termos do art. 10º/1, da Lei 24/98, de 26 de maio. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- g) CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE – PARA APROVAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, colocando-lhe o desafio de falar acerca deste ponto e do ponto seguinte, embora sejam votados de forma separada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara aceitou de imediato, dizendo que fazia todo o sentido em falar de ambos de forma conjunta, pois são semelhantes. Trata-se de dois contratos interadministrativos de delegação de competências com a freguesia de Sambade e a União de Freguesias de Gebelim e Soeima e têm a ver com a vontade deste Executivo em adequar melhor a situação funcional de quatro trabalhadores do Município de Alfândega da Fé, que têm estado mais ao serviço nestas localidades e, por isso, entendem que a situação deve ser regularizada, no sentido de alinhar as funções destes trabalhadores aos restantes trabalhadores na parte relativa à questão da assiduidade, das férias, da planificação de trabalhos, bem como no que concerne ao SIADAP e também por uma questão de justiça perante os restantes trabalhadores. Por isso, como se trata de áreas e competências das Juntas de Freguesia e do Município, fazia todo o sentido celebrarem estes contratos interadministrativos com estas freguesias, para poderem ceder estes trabalhadores e desempenharem competências nas respetivas freguesias, designadamente, em Sambade, na área educativa do pré-escolar, no Centro de Interpretação do Território (CIT), na limpeza urbana, em trabalhos de administração direta que fazem nas freguesias, no trabalho de acompanhamento de águas e saneamento, entre outras. Por fim, o Senhor Presidente da Câmara explicou que estes trabalhadores ficarão afetos a estas freguesias, mas sob a disciplina do Município, com as mesmas regras dos restantes trabalhadores da Autarquia já antes referidas. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 25 (vinte e cinco) membros presentes, aprovar a Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Alfândega da Fé e a Junta de Freguesia de Sambade anexa à Informação Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de 13-02-2023, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o n.º 995 (novecentos e noventa e cinco) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), dando cumprimento ao disposto no art. 25º n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

-----h) CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA – PARA APROVAÇÃO-----

----- A explicação deste ponto foi feita, de forma conjunta na alínea anterior. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea h) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 25 (vinte e cinco) membros presentes, aprovar a Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Alfândega da Fé e a União de Freguesias de Gebelim e Soeima anexa à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de 13-02-2023, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o n.º 999 (novecentos e noventa e nove) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), dando cumprimento ao disposto. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura do ponto seguinte: -----

----- i) PROJETO DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARTE B: SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DOS ARTS. 25º N.º 1, ALÍNEA G) E 33º N.º 1, ALÍNEA K), AMBOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA APROVAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que tiveram necessidade de voltar a trazer este assunto à Assembleia Municipal porque, em face do trabalho de preparação do projeto no sentido de lançarem o concurso para a criação de postos de trabalho no nosso Concelho e, na sequência das reuniões que tiveram com a AICAF – Associação Industrial e Comercial

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de Alfândega da Fé, bem como a equipa de trabalho que está com este concurso, foram detetadas mais algumas questões que é importante serem alteradas, por forma a trazer maior justiça ao concurso. Explicou depois que em dezembro foi aprovada uma primeira alteração relacionada com o valor do apoio, passando de três mil para três mil e quinhentos euros, pois este valor tinha sido referido na sessão da Assembleia Municipal de junho, mas, por lapso, não foi assim publicado em Diário da República. Para além disso, também foi feita a retificação da retroatividade deste apoio, ou seja, a ideia seria implementar o projeto em junho, mas, por motivos financeiros, isso não foi possível. Por conseguinte, explicou que, uma vez que o regulamento não foi implementado em 2022 (dois mil e vinte dois), não fazia sentido estarem a manter a retroatividade que constava no regulamento inicial e acharem melhor alterar para 60 (sessenta) dias a contar da abertura do aviso das candidaturas. No entanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que surgiram agora mais duas alterações que também serão incluídas, que são, por um lado, o facto de uma entidade poder fazer mais do que uma candidatura até 2025 (dois mil e vinte e cinco) para contratar novos trabalhadores. Por outro lado, entenderam “deixar cair” um requisito obrigatório que tinha a ver com a contabilidade organizada, isto porque no nosso Concelho a maioria das empresas tem contabilidade simplificada e seria injusto estas empresas não poderem também participar e criarem mais postos de trabalho, sendo que, com esta proposta isso já será possível. Entretanto, o Senhor Presidente informou que foi feita uma reunião de divulgação deste programa, durante o mês de janeiro, e que correu muito bem, com muitos participantes e, inclusive, já receberam muitas comunicações de empresários locais a manifestar a vontade em fazer a sua candidatura. Informou também que, neste primeiro concurso, serão colocados €35.000,00 (trinta e cinco mil euros) e não têm dúvidas que serão rapidamente preenchidos. A esperança e a expectativa do Executivo é que este programa seja um balão de oxigénio para as nossas empresas e também para a criação de novas empresas, novos negócios. Entretanto, informou que as candidaturas irão abrir na próxima segunda-feira e toda a informação para a fazerem estará disponível no site do Município. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a alínea i) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a alteração ao Projeto de Código Regulamentar para o Desenvolvimento Socioeconómico do Concelho de Alfândega da Fé, anexa à Informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 366 (trezentos e sessenta e seis) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), conforme determinam os arts. 25º nº 1, alínea g) e 33º nº 1, alínea k), ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura do ponto seguinte: -----

----- j) PROPOSTA DE ADESÃO À TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, REGULADA PELO DECRETO-LEI N.º 147/2017, DE 5 DE DEZEMBRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que delegou no Senhor Vereador Rui Figueiredo. O Senhor Vereador explicou que este assunto vem novamente porque houve um lapso administrativo, mas já tinha sido discutido na sessão da Assembleia anterior, pelo que a explicação é exatamente a mesma que já foi dada. Explicou depois que o assunto deveria ter sido votado e não apenas para conhecimento, como aconteceu e por isso deverá agora ser votado. O Senhor Vereador lembrou que esta tarifa servirá para beneficiar aquelas pessoas que têm menos possibilidades financeiras para fazer o pagamento da tarifa da água, ou seja, aquelas pessoas que recebem o complemento solidário de idosos, o rendimento social de inserção, os desempregados, as que recebem o abono de família, bem como as pensões sociais, isto é, todas aquelas pessoas que têm rendimentos mais baixos. Lembrou também que a atribuição desta tarifa é feita de forma automática, não sendo, por isso, necessário fazer nada. O Senhor Vereador informou que poderão beneficiar desta tarifa cerca de 900 (novecentas) famílias e o encargo do Município será cerca de €70.000,00 (setenta mil euros). Por conseguinte, o Senhor Vereador alertou que a fatura da água não contempla apenas o consumo de água, mas também tem incluído o saneamento e os resíduos, que são ambos mais caros do que propriamente a água. Continuou dizendo que há duas tarifas, uma fixa e uma variável. A tarifa social será um desconto de 50% (cinquenta por cento) em ambas as tarifas. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a alínea j) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a adesão do Município de Alfândega da Fé à Tarifa Social da Água regulada pelo Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, nos termos propostos na informação da Divisão de Águas e Saneamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7239 (sete mil duzentos e trinta e nove) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois).-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu coma leitura do ponto seguinte: -----

----- k) PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que delegou na Senhora Vice-Presidente, Maria Manuel Cunha Silva, para prestar os devidos esclarecimentos deste assunto, uma vez que é um assunto do seu pelouro. -----

----- A Senhora Vice-Presidente, depois de cumprimentar todos os presentes, pediu ao Senhor Presidente da Assembleia autorização para falar primeiro sobre o ponto seguinte, uma vez que se trata do diagnóstico para a realização deste Plano, a qual lhe foi concedida. Disse então que este projeto municipal para a Igualdade e Não Discriminação, no âmbito da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, envolve todos os municípios que integram esta Comunidade e Alfândega da Fé também tem esta preocupação. Apesar de saberem que já há muita coisa resolvida relativamente a este tema, a realidade é outra e ainda há muito caminho para percorrer. Entretanto a Senhora Vice-Presidente explicou que este diagnóstico foi feito com base em 42 (quarenta e duas) participações, quer de funcionários municipais, quer de dirigentes associativos e também políticos. Todos eles foram dinamizados pela nossa equipa municipal, tendo depois remetido para o documento enviado para todos os senhores Deputados, fazendo apenas uma alusão e uma leitura da conclusão do diagnóstico municipal, através da qual foi delineado o Plano de Ação. Explicou depois que este Plano está dividido em duas partes, uma interna, mais dirigida para o Município e outra externa, mais dirigida para a comunidade em geral. Disse que até dois mil e vinte e cinco, irão implementar uma série de ações de sensibilização e de formação para que cheguem ao final desse ano e o Plano de Ação tenha alguma evolução positiva nos números deste diagnóstico. Depois identificou o conjunto de ações que serão desenvolvidas e que constam no referido documento. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea k) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, anexo à informação da Divisão Económica, Cidadania, Juventude e Educação, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 466 (quatrocentos e sessenta e seis) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: -----

----- l) DIAGNÓSTICO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO – PARA CONHECIMENTO -----

----- A explicação deste ponto consta na alínea anterior. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Diagnóstico Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, anexo à informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 715 (setecentos e quinze) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- m) RENOVAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DA ASSINATURA DA CARTA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que indicou para explicar este assunto a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Manuel Silva. Lembrou que esta Carta foi inicialmente assinada em 2014 (dois mil e catorze), vem agora novamente para proceder à sua renovação, cujos princípios fundamentais passou a ler e a seguir se transcrevem: -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

- 1. A igualdade das mulheres e dos homens constitui um direito fundamental; -----
- 2. Para assegurar a igualdade das mulheres e dos homens, devem ser considerados as múltiplas discriminações e obstáculos; -----
- 3. A participação equilibrada das mulheres e dos homens na tomada de decisões é um pressuposto da sociedade democrática; -----
- 4. A eliminação dos estereótipos de cariz sexual é indispensável para instauração da igualdade das mulheres e dos homens; -----
- 5. A integração da dimensão do género em todas as atividades das coletividades locais e regionais é necessária à promoção da igualdade das mulheres e dos homens; -----
- 6. Os Planos de ação e programas adequadamente financiados são instrumentos necessários para fazer avançar a igualdade das mulheres e dos homens e; -----
- 7. Devem ser elaborados planos de ação e programas, com os meios e recursos, tanto financeiros como humanos, necessários à sua implementação. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea m) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a renovação da subscrição da Assinatura da Carta para Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, conforme referido na informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 845 (oitocentos e quarenta e cinco) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Prosseguindo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: -----

----- n) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que delegou na Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Manuel Cunha Silva, para prestar alguns esclarecimentos sobre este assunto. Disse então, que se trata de um assunto particularmente especial, pois estão a retomar uma relação mais próxima com a juventude, no sentido de os "chamar à luta pública", pelas causas que são coletivas para que também se envolvam nelas. Explicou depois que este Orçamento tem estado em "stand by" e este ano decidiram inscrevê-lo no Orçamento Municipal para que se torne uma realidade. Explicou também que a alteração que está em causa é relacionada com os prazos de aceitação de propostas que será até final de abril, ao contrário do que estava anteriormente. Depois será realizada a avaliação dessas candidaturas até final de junho, sendo posteriormente a fase da votação que será realizada em plenário no Conselho Municipal da Juventude até ao final de agosto e a apresentação pública dos resultados será entre setembro e outubro, momento no qual já estarão a preparar o do ano seguinte. Esclareceu depois que o montante que está inscrito no Orçamento Municipal para este projeto é de €5.000,00 (cinco mil euros). A Senhora Vice-Presidente disse que pode não ser um valor muito avultado, mas querem iniciar com pequenos valores, na esperança de receberem boas propostas, para que, ano após ano, o valor possa vir a ser maior. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora Vice-Presidente e abriu, de seguida, um período para intervenções, no qual se inscreveu a Senhora Deputada Municipal, Clara Alves. -----

----- Interveio então a Senhora Deputada Clara Alves, começando por parabenizar o Conselho Municipal da Juventude por "repescar" este Orçamento Participativo Jovem porque entende ser uma boa iniciativa para os jovens, na medida em que existe um problema no interior, mais concretamente no nosso Concelho, que é a falta de jovens e, ao sentirem que a sua voz poderá ser ouvida, já é um passo importante para os cativar e os incentivar a ficarem e a criarem os seus projetos. Aproveitou depois a oportunidade para fazer uma pequena abordagem ao regulamento em si, pois entende, que alguns aspetos poderiam ser melhorados. Assim, referindo-se ao artigo décimo do referido regulamento, disse que deveria estar prevista uma fase,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

posterior à análise técnica, de elaboração do relatório preliminar, onde constassem os nomes de todos os candidatos, para que quem lesse esse relatório ficasse esclarecido dos motivos da aceitação e também dos de recusa. Explicou que pode não ser uma questão muito importante, mas ao nível da transparência, isto é, para quem vê recusada a sua proposta, acaba por ser importante pois consegue perceber o porquê dessa recusa. Depois disse também que nesse artigo está a prevista a possibilidade de o participante apresentar recurso, durante dez dias após saber que a sua proposta foi recusada. No entanto, também por uma questão de transparência, entende que deveria constar a forma como o pode fazer e para onde, pois noutros regulamentos isso é referido, mas neste não. Entretanto, a Senhora Deputada Clara Alves, disse que fazia todo o sentido o âmbito da aplicação ser até aos 35 (trinta e cinco) anos, na medida em que a emancipação dos jovens se verifica cada vez mais tarde. Continuando, deixou uma nota relativamente ao artigo 18 (dezoito) que trata da prestação de contas. Disse que é referido que a prestação de contas vai estar acessível, mas não é dito onde é que essa informação vai estar acessível. Por conseguinte, a Senhora Deputada concorda que se faça referência que seja o ano zero, mas os jovens já viram este orçamento participativo jovem acontecer no passado, pois já não é novo no nosso Município e, inclusive, já ouviram muitas ideias que foram dadas, mas não foram efetivadas e nada foi feito. Por isso é da opinião que deveriam arranjar uma forma de poder repescar as ideias anteriormente dadas na fase de análise das propostas ou arranjar uma forma de o regulamento poder permitir às pessoas que essas ideias não foram para o lixo e podem ser aproveitadas. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção feita pela Senhora Deputada Clara Alves e concedeu o uso da palavra aos membros do Executivo Municipal. A Senhora Vice-Presidente, Maria Manuel Silva, interveio agradecendo, em primeiro lugar, as observações colocadas pela Senhora Deputada, dizendo que devem ficar vertidas neste regulamento pois são questões muito pertinentes. Solicitou depois alguma ajuda no sentido de poderem apresentar propostas da forma como, por exemplo, poderá ser feito o relatório preliminar. Relativamente às ideias anteriormente apresentadas, disse que terão de arranjar um mecanismo dessas ideias poderem vir a ser repescadas. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, interveio, aproveitando as questões pertinentes colocadas pela Senhora Deputada Clara Alves, propondo que fosse criada uma equipa de trabalho, com um membro de cada uma das bancadas e durante a semana seguinte, trocariam propostas que fossem ao encontro destas propostas que foram agora levantadas, para depois deixarem uma proposta definitiva para passar a constar desta proposta de alteração. -----

----- Entretanto, a Assembleia Municipal trocou algumas impressões, tendo o Senhor Presidente deste órgão autárquico proposto que o assunto fosse aprovado, com a concordância de todos, para que um membro de cada uma das bancadas apresente uma proposta de alteração que vá ao encontro do que foi discutido. Entretanto, a Senhora Vice-Presidente propôs que o processo de execução deste regulamento desse início para não pôr em causa a fase inicial de apresentação de candidaturas e posteriormente estas questões agora levantadas venham à sessão da Assembleia Municipal de abril, não pondo assim em causa a questão dos prazos de entrega das referidas candidaturas. Assim, o Senhor Presidente da Assembleia disse que este regulamento ficará aprovado, condicionado à alteração que será presente na próxima sessão de abril. -----

----- Inteveio de seguida, a Senhora Deputada Clara Alves, dizendo que para não prejudicar o prazo de entrega de candidaturas e, uma vez que as alterações que propôs, não prejudicam o início dos trabalhos, sugeriu a aprovação inicial deste regulamento e irão trabalhar posteriormente neste regulamento com base nas propostas agora discutidas. -----

----- Por conseguinte, usou da palavra para intervir o Senhor Deputado Carlos Alendouro, dizendo que também concorda que este regulamento seja agora aprovado e posteriormente seja aprovado no Conselho Municipal da Juventude, que é onde estão reunidos todos os órgãos da juventude e não ser apenas a Assembleia Municipal a fazê-lo, pois neste Conselho estão representados os partidos políticos, as associações de estudantes e os seus representantes. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea n) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem, conforme referido na informação da Divisão Económica, Cidadania,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 819 (oitocentos e dezanove) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), sem prejuízo de posteriores propostas de alteração que serão debatidas e votadas numa próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia desta sessão, passando de seguida para o ponto do Período de Intervenção do Público. Perguntou depois se havia alguma pessoa do público presente que quisesse intervir, não se tendo verificado nenhuma inscrição. -----

4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)

----- Não se verificaram intervenções. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal e passou-se depois à leitura, por parte da primeira secretária, da minuta da ata. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito de imediato. -----

----- A minuta da ata foi aprovada por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco deputados presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária



(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária



(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por unanimidade, na sessão da Assembleia Municipal de 25/04/2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,



(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária



(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária



(Domitila de Fátima Morais Branco)